

INFÂNCIA E CONTEMPORANEIDADE: A EXPERIÊNCIA DO TEMPO HISTÓRICO

CÁSSIA MARIA BAPTISTA DE OLIVEIRA *

Este artigo toma os conceitos de infância e de contemporaneidade apresentados por Giorgio Agamben nos livros *O que é contemporâneo?* e *Infância e História* para propor a pesquisa com crianças como interpelação do presente, concebendo-a como potência de vida. Desta perspectiva, a pesquisa com crianças se une à palavra intervenção para produzir outra relação entre teoria e prática, assim como entre sujeito e objeto, como nos falam Passos e Benevides. Surgem as questões: Pode-se compreender o presente a partir dos conceitos de infância e contemporaneidade? Como a pesquisa com crianças ganha força de interpelar o presente? Busca-se compreender as infâncias como relevante objeto de estudo que nos leva a captar o obscuro do mundo de hoje por meio de fragmentos de histórias narradas pelas crianças e também pela sua produção cultural. Nesta direção, propõe-se a reflexão sobre as infâncias numa perspectiva que valorize o contemporâneo como possibilidade de transformar o tempo na história. Visa-se contribuir para a história da infância na educação moderna.

Infância e Contemporaneidade

Os conceitos de infância e contemporaneidade são centrais para evidenciar o que nos leva a perguntar: Pode-se compreender o presente a partir dos conceitos de infância e contemporaneidade? Responder a esta pergunta significa esclarecer o nosso entendimento do conceito de infância entrelaçado com o de contemporaneidade a partir da noção de tempo histórico, que é uma experiência de cultura. A produção de outras culturas não seria possível sem romper com a noção de tempo linear, contínuo, homogêneo, retilíneo. O tempo apresenta-se como a necessidade histórica de o ser humano constituir-se enquanto humano. “O homem não é um ser histórico porque cai no tempo, mas, pelo contrário, somente porque é um ser histórico é que ele pode cair no tempo, temporalizar-se” (Agamben, 2005:121).

* Professora do Departamento de Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ. Doutora em Educação pela UERJ (2008). Pesquisa com financiamento da Faperj.

Segundo José Hernandez em seu famoso poema épico “Martin Fierro”, o tempo é “a tardança do que está por vir”. Ancorando-se nas poesias “O tempo”, de Fernando Pessoa, e “Cortar o tempo”, de Carlos Drummond de Andrade, trazemos a reflexão sobre o tempo histórico que se faz simultaneamente com o tempo contínuo e o tempo descontínuo.

Cortar o tempo

Quem teve a ideia de cortar o tempo em fatias,

a que se deu o nome de ano,

foi um indivíduo genial.

Industrializou a esperança, fazendo-a funcionar no limite da exaustão.

Doze meses dão para qualquer ser humano se cansar e entregar os pontos.

Aí entra o milagre da renovação e tudo começa outra vez, com outro número e

outra vontade de acreditar que daqui pra diante vai ser diferente (Drummond, ano).

O tempo

Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos (Pessoa, ano).

O poema “Cortar o tempo” apresenta a ideia genial de que o tempo cortado em fatias, em fases, faz com que a vida de cada sujeito ou a história da humanidade ganhe sentido por trazer o porvir através da possibilidade da renovação, a qual é afirmada no poema “O tempo”.

Entendemos, assim, que “cortar o tempo”, da poesia de Carlos Drummond de Andrade, e o “o tempo”, de Fernando Pessoa, instituem a relação entre tempo contínuo e tempo descontínuo. O tempo contínuo cortado em pedaços precisa resgatar o tempo descontínuo para fazer brilhar as possibilidades de mudança, valorizando acaso e os acontecimentos.

Desta perspectiva, evoca-se simultaneamente a história da humanidade e a história de cada indivíduo no seu tempo, que se constitui por linhas (tempo de vida cronológico: do nascimento à morte) e por saltos (tempo de mudar o tempo enquanto vida humana). A história de cada indivíduo aponta para a origem da humanidade quando ele projeta o não fim da existência humana. Esta projeção é a lembrança da finitude da vida que traz o tempo como uma questão da existência humana. Assim, o tempo aparece como contínuo quando nos

remete ao seu sentido cronológico, que traz a situação do nascimento à morte, e como descontínuo, quando nos remete ao sentido da vida humana enquanto modo e lugar da existência.

O “tempo” é trazido para o centro da reflexão na pesquisa com crianças para interpelar o presente, fortalecendo a reflexão sobre as culturas emudecidas na contemporaneidade quando a cultura infantil é tematizada a partir das conversas entre adulto e criança associadas à experiência do tempo, uma concepção de história.

Desse ponto de vista, a pesquisa com crianças permite compreender o tempo contínuo quando aproxima a criança da teoria da infância no seu sentido de progresso, evolução, a fim de que o homem mantenha o tempo linear infinito. Busca-se entender o tempo descontínuo quando se aproxima a criança da teoria da infância no seu sentido de situar a vida humana como experiência capaz de mudar o tempo finito, percebido como incompletude e não saber.

Assim, a teoria da infância com sentido de incompletude trata a diferença dos modos de ser criança a partir da lembrança de que os discursos dos saberes humanos têm a dimensão de incompletude e de singularidade: há “uma retomada sem fim, um caminhar sempre reiniciado, uma multiplicidade de percursos” (Gagnebin, 2006:45). A vida no presente nos convida a pensá-la fora das amarras que nos fixam ao passado, mas ouvindo o seu apelo para estarmos atentos ao seu chamamento de felicidade. Isto significa a transformação do presente para que a história cumpra a exigência da transmissão no tempo agora.

Esta dimensão da possibilidade de transformar o tempo na história pode ser capturada tanto pelos fragmentos de histórias narradas pelas crianças como por meio da sua produção cultural, dos seus brinquedos e das suas brincadeiras, que são a materialização da historicidade contida nos objetos. Assim, o brinquedo e as brincadeiras nos levam a refletir sobre os modos de viver a vida no tempo presente.

Agamben (2005) esclarece:

aos adultos que se servem dos fantasmas do passado apenas como espantinho para impedir que as próprias crianças se tornem adultos, e que se servem das crianças apenas como álibi para encobrir a própria incapacidade de enterrar os fantasmas

do passado, é preciso lembrar que a regra fundamental no jogo da história é que os significantes da continuidade aceitem trocar de lugar com os significantes da descontinuidade, e que a transmissão da função significativa é mais importante que os próprios significados. A verdadeira continuidade histórica não é aquela que crê poder desvencilhar-se dos significantes da descontinuidade relegando-os a um país dos brinquedos ou a um museu das larvas (que frequentemente coincidem hoje em um único lugar: a instituição universitária), mas aquela que aceita, “jogando” com eles, assumi-los para os restituir ao passado e transmitir ao futuro. Caso contrário, diante de adultos que se fazem literalmente de mortos e preferem confiar os próprios fantasmas às crianças e as crianças aos próprios fantasmas, as larvas do passado voltarão à vida para devorar as crianças, ou então as crianças destruirão os significantes do passado: o que, do ponto de vista da função significativa – isto é, da história – é a mesma coisa (Agamben, 2005:106).

Estas palavras convidam a pensar sobre o sentido da história que tem como seu motor a luta, para reconhecer o entrelaçamento entre tempo presente, passado e futuro. Este entrelaçamento serve para lembrar ao adulto que o presente exige relação com o amortecido e o vivo para realizar a experiência do tempo pleno, descontínuo e finito. Defender-se do passado amortecido por meio do esquecimento da história e entregá-lo às crianças sem relacioná-lo com o presente significa condená-las à amnésia histórica. Sem conexão com o tempo, o passado retorna sem ajudá-las a reconquistar o sentido das possibilidades de mudança, ou elas mesmas destroem o próprio sentido da história pela impossibilidade de remontar o passado.

Supõe-se, assim, que a preocupação com o tempo da vida expressa o desafio de nos livrar da compreensão das mudanças do mundo atual como se fossem a repetição do passado. Esta visão do presente como repetição do passado sugere fechar os olhos para os movimentos e as experiências instituintes e fixar os olhos no passado para compreender o presente como expressão histórica do tempo linear. Abrir os olhos para os movimentos e as experiências instituintes é fundamental para pensar a pesquisa com as crianças com o sentido de portas e janelas entreabertas capazes de nos ajudar a manter a relação com a experiência, a história e a memória na atualidade.

Segundo Agamben, para apreender o nosso tempo, é indispensável introduzir a descontinuidade através da “interpolação do presente na homogeneidade inerte do tempo linear, o contemporâneo coloca em ação uma relação especial entre os tempos” (Agamben, 2009:70). Para este autor,

contemporâneo é aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro. Todos os tempos são, para quem deles experimenta contemporaneidade, obscuros. Contemporâneo é, justamente, aquele que sabe ver essa obscuridade, que é capaz de escrever mergulhando a pena nas trevas do presente. Mas o que significa ver as “trevas”, “perceber o escuro”? (Agamben: 2009:62)

Não se pode falar em retorno às condições perdidas na história, mas que somente nos é possível entrever em meio às luzes do presente o escuro que lhe é inerente, uma origem que não está fora da história, mas que garante um olhar não saudosista para o passado e um mirar o futuro sem esperanças outras que não a própria capacidade de repensar o presente (Agamben,2009:21-22).

Ser contemporâneo significa “receber em pleno rosto o facho de trevas que provém de seu tempo” (Agamben, 2009:64) para “voltar a um presente em que jamais estivemos” (:71).

Desta maneira, entendemos que a relação entre a teoria da infância com sentido de incompletude e o contemporâneo com sentido de buscar ver o obscuro do presente se dá no tempo descontínuo. Esta relação pensa a produção de conhecimentos como verdades-meio porque investiga indícios do vir a ser, que é a possibilidade de situar a vida humana como experiência capaz de mudar o tempo finito num mundo que muda.

Para Agamben,

[...] contemporâneo não é apenas aquele que, percebendo o escuro do presente, nele apreende a resoluta luz; é também aquele que, dividindo e interpolando o tempo, está à altura de transformá-lo e de colocá-lo em relação com os outros tempos, de nele ler de modo inédito a história, de “citá-la” segundo uma necessidade que não provém de maneira nenhuma do seu arbítrio, mas de uma exigência à qual ele não pode responder. É como se aquela invisível luz, que é o escuro do presente, projetasse a sua sombra sobre o passado, e este, tocado por

esse facho de sombra, adquirisse a capacidade de responder às trevas do agora (2009:72).

Poderíamos dizer que esta compreensão da relação entre infância e contemporâneo, identificada acima, adquire o sentido de situar o modo de viver a vida infantil como o problema que será reconhecido, enfrentado, compreendido e ressignificado através da pesquisa com crianças, na medida em que entende infância e contemporâneo como a possibilidade de transformar o tempo contínuo em tempo descontínuo, a natureza em história e cultura, porque o tempo humano é a história.

Esta concepção de infância e contemporâneo se aproxima das ideias de narrativa e experiência em Benjamin no que se refere à importância da mudança. Para ele, há uma diferença entre experiência e vivência. A vivência está relacionada ao individual, imediato e transitório, e a experiência se realiza através do coletivo, da rememoração e da indagação política sobre o estatuto teórico do presente. A experiência é o que se narra, portanto, as tradições e os modos de ser. Mas ele assinala que a memória deve levar em conta as grandes dificuldades que “pesam sobre a possibilidade da narração, sobre a possibilidade da experiência comum, enfim, sobre a possibilidade da transmissão e do lembrar” na contemporaneidade (Benjamin *apud* Gagnebin, 2006:54).

Benjamin chama a atenção para o declínio da experiência a fim de ressaltar que a dificuldade de transmissão e transmissibilidade da experiência acarreta perda da experiência e desaparecimento da narrativa. No entanto, ele formula o surgimento de uma outra narração, “uma narração nas ruínas da narrativa, uma transmissão entre os cacos de uma tradição em migalhas”, que nasce de uma junção ética e política para não deixar o passado cair em esquecimento (Gagnebin, 2006:53).

Dessa forma, Benjamin sugere que se deve “dar uma atenção precisa ao presente, em particular a essas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente”. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente (Gagnebin, 2006:55).

Assim, ele abre as possibilidades de pensar a infância e o contemporâneo como experiência do tempo histórico, isto é, como tempo descontínuo através da função da memória em Benjamin, a qual vive uma tensão entre a presença do presente que se lembra do passado desaparecido e a ausência do passado desaparecido que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras. A experiência como matéria-prima da narrativa exige a desconstrução das certezas, das verdades absolutas e das arrogâncias para nós buscarmos compreender o tempo descontínuo, a partir do entendimento da infância como força interpeladora que aponta para um vir a ser que se constitui em incompletude.

Dessa tensão irrompe a consciência da fragilidade e da luta contra o esquecimento, que é ao mesmo tempo uma tarefa política e ética. A política tem a função de lutar contra a repetição do horror, e a ética consiste em “preservar a memória, em salvar o desaparecido, o passado, em resgatar, como se diz, tradições, vidas, falas e imagens” (Gagnebin, 2006:97) para que a lembrança dos mortos possa ajudar os vivos a viverem melhor.

Seguem-se as “pistas” de Benjamin, para pensar o encontro com as crianças na pesquisa:

Resgatar a história das pessoas significa vê-las reconstituírem-se enquanto sujeitos, e reconstituírem também sua cultura, seu tempo, sua história, reinventando a dialogicidade, a palavra. Tal resgate se apresenta como ponto crucial para a construção de um conceito humanizado de ciência: ouvir o que até então não pôde ser expresso ou escutado, transformando as sobras, as dobras, as franjas em objeto de investigação, significa levar em conta o que vem sendo tratado como lixo. Assim, a rememoração é proposta como leitura do particular como mônada, pois é também nas obras do cotidiano que a história se realiza. A mônada é o fragmento, a realidade miniaturizada, um ponto de vista sobre o mundo e, ao mesmo tempo, o mundo sob um ponto de vista (Benjamin, 1987 apud Kramer, 2001:162).

Pesquisa-intervenção com crianças: o tempo descontínuo

Partindo do referencial apresentado acima, passa-se à segunda pergunta: Como a pesquisa com crianças ganha força de interpelar o presente?

Acreditamos que as preocupações, os sonhos, as experiências e as brincadeiras narradas pelas crianças ou grupos infantis – de uma escola, de uma rua, de brincadeiras, de uma classe social, de um gênero ou uma etnia, ou ainda de geração em seus diferentes contextos – podem nos levar a perceber o obscuro do presente.

Compreender o obscuro do mundo de hoje por meio das pesquisas com crianças significa concebê-las como potência de vida, como a possibilidade de “poder transformar tudo em brincadeira, com muita emoção; que não tem mais fim. “Salamêminguê, Nanã Boroquê. Faça de conta que...”. A transformação expressa que se algo morre com os grandes mitos, as grandes utopias, as grandes ideologias, algo vive quando se investe na potência de vida para combater a melancolia do coração.

A expressão potência de vida é aqui empregada como produção de novas formas de responsabilidade, cooperação, solidariedade, construção de laços, capacidade de inventar outros desejos e crenças que retirem a vida como suporte do capital, o qual desenha uma cultura do individualismo capaz de afetar cada vez mais a riqueza da biopotência do coletivo, da biopolítica da multidão. Pelbart (2003) afirma que o termo biopolítica foi apresentado por Foucault para designar uma das modalidades de exercício do poder sobre a vida. Para ele, a biopolítica é a entrada do corpo e da vida no domínio do poder, fazendo do poder-saber um agente de transformação da vida humana. Deleuze (*apud* Ferreira, 2006), inspirado em Foucault, explicita que o poder sobre a vida deveria responder ao poder da vida, à potência política da vida.

A pesquisa com as crianças é pensada como “potência de vida” que faz da transitoriedade da vida um leque de possibilidades, “em que a vida ao mesmo tempo se pulveriza e se hibridiza, se moleculariza e se totaliza, ganhando uma amplitude inesperada e passando a ser redefinida como poder de afetar e de ser afetado” (Pelbart, 2003:82-83).

Nesta perspectiva, a pesquisa se une à palavra intervenção para produzir outra relação entre teoria e prática, assim como entre sujeito e objeto, como nos falam Passos e Benevides.

[A] intervenção estará associada à construção e/ou à utilização de analisadores. Os analisadores seriam acontecimentos – no sentido daquilo que produz rupturas, que

catalisa fluxos, que produz análise, que decompõe. Eles analisam as múltiplas relações que compõem o campo tanto em seu nível de intervenção quanto em seu nível de análise (Passos & Benevides, 2000:73).

Na pesquisa-intervenção, sujeito-pesquisador e sujeito-criança se constituem no processo, a pesquisa sendo o momento de intervenção que tem como mote o questionamento do “sentido” da ação. Ela se interessa pelos movimentos, pelas metamorfoses não definidas a partir de um ponto de origem e de um alvo a ser atingido, mas como processos de diferenciação. O sentido na pesquisa-intervenção está ligado àquele das ruas como a morada do coletivo, que produz espanto e estranheza, abalando as certezas e as verdades absolutas, propiciando mudar a experiência do tempo, que pode ser mais bem compreendida por meio do poema “O apanhador de desperdícios”, de Manoel de Barros, em seu livro *Memórias Inventadas* (2008):

Uso a palavra para compor meus silêncios.

Não gosto das palavras

fatigadas de informar.

Dou mais respeito

às que vivem de barriga no chão

tipo água pedra sapo.

Entendendo bem o sotaque das águas.

Dou respeito às coisas desimportantes

e aos seres desimportantes.

Prezo insetos mais que aviões.

Prezo a velocidade

das tartarugas mais que a dos mísseis.

Tenho em mim esse atraso de nascença.

Eu fui aparelhado

para gostar de passarinhos.

Tenho abundância de ser feliz por isso.

Meu quintal é maior do que o mundo.

Sou um apanhador de desperdícios:

Amo os restos

como as boas moscas.

Queria que a minha voz tivesse um formato de canto.

Porque eu não sou da informática:

eu sou da invencionática.

Só uso a palavra para compor meus silêncios(Barros, 2008:45).

É preciso frisar que Barros, ao escrever o “Apanhador de desperdícios”, propõe que se olhe para as coisas e os seres desimportantes, para as palavras que vivem de barriga no chão, para a velocidade das tartarugas, para os restos, ou seja, para aquilo que ainda não olhamos. Assim, o interesse pelo tema da pesquisa ganha sentido quando torna vivo aquilo que ainda não foi nem experimentado e nem vivido através da nossa própria experiência histórica. Por esta razão, o tema lança o pesquisador no encantamento e no desconcerto, na surpresa e no inesperado. É esse entendimento que contribui para captar que o objeto de estudo do pesquisador é tão humano quanto um drama, um romance ou uma poesia. Tudo depende da trama escolhida, todo objeto de estudo sendo um fragmento da questão levantada pelo pesquisador.

Tomando a linguagem poética de Barros, poderíamos dizer que a pesquisa narra as tramas usando a palavra para compor o silêncio, e é esta troca de palavra por silêncio que descreve as relações com valor de memória. Essa arte de narrar possibilita compreender a pesquisa não como uma marcha para frente, para o progresso, mas como um movimento, um “caminhar com passo suspenso”, como diz Agamben (2009). É este movimento que aproxima a pesquisa da arte, e o lugar em que a pesquisa se desenvolve é a possibilidade de construção autêntica de uma relação entre os sujeitos – sujeito-pesquisador e sujeito-criança – de tal modo que política e arte se encontrem urdidadas pela escrita de um projeto ético que coloque a potência de vida como forma privilegiada de reflexão sobre os modos de viver a vida humana no presente.

Deste ponto de vista, o encontro entre pesquisador e crianças na roda de conversas coloca em discussão as práticas de saber-poder enquanto produtoras de verdades universais, absolutas e eternas, porque se pretende entender as culturas infantis, as instituições que atravessam e constituem os sujeitos, os grupos e o coletivo para fazer emergirem outros modos de pensamento e ação, de pesquisa e criação. Nesse movimento de interrogação e

criação, valoriza-se o acaso dos encontros, problematizam-se as demandas e as solicitações, as forças e os acontecimentos ocorridos durante a pesquisa. Nessa abordagem de pesquisa, a descontinuidade é “ao mesmo tempo, instrumento e objeto de pesquisa”, o que a aproxima dos gêneros literários e das histórias de detetives (Foucault, 1986:10). “Não há nada a buscar por detrás das aparências, a não ser traços, indícios de passagens cujos fios tornam possível investigar o enigma dos processos que vêm nos constituindo tal como somos no presente e estamos em vias de ser na atualidade” (Lobo, 2012:16).

Como diz Lobo, busca-se um “invisível não escondido, um modo de apresentação, uma referência a ser iluminada ou tornada visível pela constituição de uma superfície de inscrições” (2012:17). Não se trata de pesquisar as mudanças que a infância vem sofrendo nos dias de hoje e no decorrer da sua história, mas se trata de fazer pesquisas com sentido de trabalho ético, político e filosófico, que promova interrogação crítica e “novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos” (Foucault, 1995:239).

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *A infância e a história*. UFMG: Editor, 2005.

_____. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Cidade: Argos, 2009.

BARROS, Manoel de. *Memórias inventadas. As infâncias de Manoel de Barros*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

BARROS, Regina Benevides & PASSOS, Eduardo. *A Construção do Plano da Clínica e o Conceito de Transdisciplinaridade*. Psicologia: Teoria e Pesquisa vol. 16, n.1, p. 71-79, jan.-abr. 2000.

FERREIRA, Marcelo Santana et. al. *Ensaio sobre o pensamento contemporâneo*. Proclama, 2006. Disponível em: proclama.editora@uol.com.br.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar Escrever Esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

LOBO, Lilia Ferreira. *Pesquisar: A genealogia de Michel Foucault* in *Pesquisar na diferença* (org. Fonseca, T.M.G.; Nascimento, M.L. do; Maraschin, C. Porto Alegre: Sulina, 2012.

PELBART, Peter Pál. *Vida capital. Ensaio de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.